

TEXTO 2

A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola

*João Ferreira de Oliveira*⁴

O objetivo do presente texto é discutir o processo de construção coletiva do PPP da escola, assentada em bases democrático-participativas, como parte constitutiva da afirmação da autonomia das escolas e, sobretudo, da atuação articulada entre a ação dos professores e os processos formativos dos alunos, tendo em vista a consecução dos fins da educação escolar no que tange à efetivação da educação como um bem público e direito universal⁵. A construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações na sociedade contemporânea, em que é necessário retomar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública.

No contexto atual, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Estas alterações do capitalismo criam novas demandas e exigências para a escola, dentre as quais: a) o estabelecimento de finalidades educativas mais compatíveis com os interesses do mercado e do mundo do trabalho; b) a requisição de habilidades e competências que tornem os trabalhadores mais flexíveis e polivalentes para a vida profissional; c) a implementação de práticas docentes e escolares mais compatíveis com a chamada sociedade do conhecimento e da informação; d) as mudanças nas atitudes, no comportamento e, sobretudo, no trabalho docente, que tem por base expectativas, objetivos e ações externamente delineadas.

As pressões para que as escolas se ajustem às mudanças em curso estão trazendo implicações substantivas para a construção do projeto político-pedagógico (PPP) da escola, uma vez que este nem sempre passa a representar *o corpo e a alma da escola*, ou melhor, o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa. O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.

De modo geral, estudos na área de políticas e gestão escolar mostram que os professores e os gestores apresentam uma compreensão muito positiva do PPP, pois reconhecem sua importância no entendimento de qual seja a função social da escola e no estabelecimento de um trabalho pedagógico que promova a socialização da cultura, levando a comunidade local e escolar, especialmente os alunos, a se apropriarem do saber como um direito universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos, mais atualizados historicamente e mais sintonizados com os problemas sociais do nosso tempo-espaço.

Há de se discutir, portanto, o sentido do que seja o PPP. Gadotti (1994) observa que fazer um projeto significa lançar-se para a frente, antever o futuro. O projeto é, pois, um planejamento em

⁴ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e professor na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

⁵ Após a promulgação da LDB (Lei nº 9.394/1996), que regulamenta a Constituição Federal nesse âmbito da gestão democrática, iniciou-se oficialmente na escola a prática concreta de construção de um projeto escolar que delineasse a proposta pedagógica da escola.

longo prazo, atividade racional, consciente e sistematizada que as escolas realizam para traçarem a sua identidade como organização educativa⁶. Nesta direção, Veiga (1996; 1998) nos faz perceber que o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola.

De acordo com Veiga (1998), existem vários caminhos para construção do PPP, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas. Todavia, é possível apontar três movimentos básicos deste processo de construção do PPP, denominados pela autora de: *Ato Situacional*, *Ato Conceitual* e *Ato Operacional*.

O objetivo do *Ato Situacional* é apreender o movimento interno da escola, conhecer seus conflitos e contradições, fazer seu diagnóstico e definir onde é prioritário agir.

No *Ato Conceitual*, a escola discute a sua concepção de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando a um esforço analítico da realidade constatada no *Ato Situacional*, e vai definindo como as prioridades devem ser trabalhadas.

O como realizar as tarefas configura o *Ato Operacional* refere-se às atividades a serem assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas. Implica a tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente. Os movimentos de acompanhamento e avaliação devem seguir todos os atos, de forma a possibilitar a implementação de decisões coletivas, bem como introduzir novas questões e propostas de ações. A avaliação é também responsabilidade coletiva e parte integrante do processo de construção do PPP.

Como se observa, ao mesmo tempo em que propõe passos do processo, movimentos a serem construídos, as formulações propostas indicam que é necessário criar as condições para a construção da autonomia da escola, por meio da definição do desenho do seu projeto e da delimitação do grau de flexibilidade a ser dado a ele.

Nessa direção, Paro (1999) assinala que toda instituição social carece de processos administrativos e a administração, em sua forma geral, *refere-se à utilização racional dos recursos para a obtenção de fins determinados*. A definição destes fins é o mais fundamental nos projetos e não apenas a definição de algumas ações desvinculadas de um projeto maior da escola.

De modo geral, vale a pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro do pensado e vivido pela escola; o encontro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. Isto não é pouco ante as práticas autoritárias em vigor na sociedade e em muitas escolas e pode ser muito mais duradouro e educativo do que supõem os defensores da implantação do chamado *planejamento estratégico modelar* e da *qualidade total* nas escolas brasileiras.

Referências bibliográficas

⁶ Um plano seria uma previsão de caráter mais restrito, onde se enumeram as ações, tarefas, objetivos e metas, definidas pelo projeto da escola.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. **Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola.** Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

Comentário: O texto discute com propriedade pressupostos fundamentais que devem embasar a discussão do PPP, destacadamente as questões éticas e políticas presentes no ato educativo, bem como os parâmetros de uma gestão democrático-participativa da escola.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **A educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

Comentário: O livro contribui para uma compreensão ampla das reformas educativas, das políticas, da estruturação e da organização escolar no Brasil a partir da aprovação da LDB, em 1996. Fornece, também, elementos teórico-conceituais e práticos que orientam os professores e as escolas na organização do trabalho pedagógico.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar** – introdução crítica. 8 a . ed., São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Ática, 2001.

Comentário: Os dois livros em questão ajudam os professores a compreenderem o que vem a ser a gestão da educação, bem como a especificidade do trabalho pedagógico. Os livros contribuem de modo significativo para o entendimento da atual situação das escolas, dos sistemas de ensino e da administração escolar do Brasil, fornecendo elementos que nos permitam pensar uma outra escola e uma outra prática educativa, tendo em vista o atendimento aos interesses dos atuais usuários das escolas públicas.

Referências

TOSCHI, Mirza S.; FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João F. **A relação entre o plano de desenvolvimento da escola (PDE) e o projeto político-pedagógico da escola (PPP): concepção e avaliação.** Goiânia, 2004, mimeo 12p.

Comentário: O artigo investiga a relação entre o PPP e o Plano de Desenvolvimento das Escolas (PDE) no âmbito das escolas públicas, tendo em vista que o PDE busca implementar um modelo de gestão com ênfase no planejamento estratégico.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola** – uma construção possível. 2a . ed., Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

Comentário: Os textos em questão discutem o papel e o sentido do PPP, bem como fornecem dimensões e processos essenciais necessários à sua construção coletiva, dadas as condições das escolas públicas.

<http://www.tvebrasil.com.br/salto>

